



Da escravidão à cidadania elegível: a trajetória de José Agostinho dos Reis em defesa da ciência e da educação popular

From slavery to eligible citizenship:
the trajectory of José Agostinho dos Reis in defense of science and popular education

De la esclavitud a la ciudadanía elegible:
la trayectoria de José Agostinho dos Reis en defensa de la ciencia y la educación popular

Sirlene Ribeiro Alves
Colégio Pedro II / Proped UERJ (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0003-4834-8826>
<http://lattes.cnpq.br/0931600627662820>
sirlenealvesbr@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo visa refletir sobre as contribuições de sujeitos invisibilizados pela historiografia tradicional, mas que desempenharam papéis relevantes na educação popular e no processo abolicionista brasileiro, por meio da trajetória de José Agostinho dos Reis. Durante as últimas décadas do século XIX, a educação e a abolição passaram a ser debatidas e, por alguns, consideradas como necessárias ao processo de modernização do Império para alcançar os objetivos de civilidade e progresso. Escravizados e escravizadas, assim como pessoas que saíram do cativeiro e até livres, investiram na educação como possibilidade de transformação social e combate ao preconceito existente. Nascido na condição de escravizado, José Agostinho dos Reis tornou-se abolicionista, formou-se em Engenharia e foi professor na Escola Politécnica, assumindo sua direção interina e alcançando prestígio e reconhecimento social. Dessa forma, sua vivência permite perceber as complexidades das relações estabelecidas entre escravidão e liberdade, além do papel da educação nessa configuração.

Palavras-chave: José Agostinho dos Reis; História da Educação da População Negra; Escravidão e Liberdade.

Abstract

This article aims to reflect about the contributions of individuals who have been made invisible by traditional historiography but who played important roles in popular education and the Brazilian abolitionist process, through the José Agostinho dos Reis's trajectory. During the last decades of the 19th century, education and abolition began to be debated and, by some, considered necessary for the modernization process of the Empire to achieve the goals of civility and progress. Enslaved men and women, as well as people who had left captivity and even become free, invested in education as a possibility for social transformation and combating existing prejudice. Born into slavery, José Agostinho dos Reis became an abolitionist, graduated in Engineering and was a professor at the *Escola Politécnica*, assuming its interim directorship and achieving prestige and social recognition. Thus, his experience allows us to perceive the complexities of the relations established between slavery and freedom, in addition to the role of education in this configuration.

Keywords: José Agostinho dos Reis; History of Education of the Black Population; Slavery and Freedom.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre las contribuciones de sujetos invisibilizados por la historiografía tradicional, pero que desempeñaron papeles relevantes en la educación popular y en el proceso abolicionista brasileño, a lo largo de la trayectoria de José Agostinho dos Reis. Durante las últimas décadas del siglo XIX, la educación y la abolición comenzaron a ser debatidas y, por algunos, consideradas necesarias para que el proceso de modernización del Imperio alcanzara los objetivos de cividad y progreso. Hombres y mujeres esclavizados, así como personas que salieron del cautiverio e incluso hombres libres, invirtieron en la educación como una posibilidad de transformación social y de combate a los prejuicios existentes. Nacido en esclavitud, José Agostinho dos Reis se hizo abolicionista, se licenció en Ingeniería y fue profesor de la Escuela Politécnica, asumiendo su dirección interina y alcanzando prestigio y reconocimiento social. De esta manera, su experiencia le permite comprender las complejidades de las relaciones que se establecen entre esclavitud y libertad, además del papel de la educación en esta configuración.

Palabras clave: José Agostinho dos Reis; Historia de la Educación de la Población Negra; Esclavitud y Libertad.

Recebido: 24/07/2024

Aprovado: 18/11/2024

Apresentação

Senhores, todos vós pedis a abolição para que não haja mais escravos:
eu a peço igualmente, porque desejo que não haja mais senhores
E sabeis por quê?

Na minha physionomia, senhores, vós vedéis que eu descendo da raça
escrava.

Mas vós ainda não sabeis tudo, meus senhores.
Vós, meus senhores /dirigindo-se aos lentes/ de quem eu tenho a honra
de ser collega no magistério d'esta academia; vós, meus senhores
/dirigindo-se aos alumnos / de quem eu tenho a honra de ser mestre;
vós não sabeis que o nosso collega e o vosso lente nasceu escravo!

José Agostinho dos Reis

As palavras proferidas por José Agostinho dos Reis na sessão de abertura do Centro Abolicionista da Escola Politécnica, em 1883, devem ter sido motivo de espanto para muitos. Surpresa, admiração, desprezo e aversão são alguns dos sentimentos que podem ter sido gerados na plateia. Com certeza, o Dr. Reis teve coragem de admitir, perante os seus colegas e discípulos, não somente a sua ancestralidade escrava, mas a sua própria condição de nascença, sabendo de todas as máculas que a escravidão imprimia nas pessoas negras naquela época. Ele chegou a admitir que desejava que não existisse mais escravizados, mas, também, que não houvesse mais senhores, refletindo sobre uma nova conjuntura social.

Natural da província do Pará e católico fervoroso, ele veio para a corte com o objetivo de ampliação dos seus estudos. Foi líder estudantil e teve uma atuação importante dentro do movimento abolicionista. Talvez uma das suas principais ousadias tenha sido a de sair de uma posição de não cidadão para se tornar um candidato elegível em campanhas eleitorais. Mesmo sem o apoio dos partidos políticos, em uma província extremamente conservadora, assumiu sua condição de abolicionista e fez das conferências públicas sua principal forma de campanha eleitoral. Aproximou-se, desse modo, das classes populares, mesmo que elas não tivessem direito ao voto. Participou de inúmeras organizações abolicionistas, acadêmicas, científicas e de classe, fazendo da tribuna e da imprensa seus principais meios de fala, e ainda se destacou na direção da Escola Politécnica, no Rio de Janeiro. Apesar de se sobressair por suas atividades, Agostinho dos Reis é pouco mencionado nas diversas áreas em que se envolveu. Tal condição revela os meios e modos de seleção da nossa história tradicional, que não abriu espaços para formas diferenciadas de representação e identidades.

Dessa forma, este estudo defende o trabalho intelectual de José Agostinho dos Reis, devido à sua intensa articulação política/cultural, que pensou o mundo social, suas representações e construções, sendo produtor, articulador, mediador e divulgador de determinadas questões no espaço público (Sirlinelli, 2003). A participação política e cultural, sua militância pelo fim do escravismo, suas defesas e propostas educacionais perpassam pela sua experiência marcada por sua cor, o que lhe possibilitou uma percepção diferenciada da desigualdade racial/social existente, sendo compreendido como um intelectual negro. De acordo com Nilma Lino Gomes: “No seu discurso, na sua produção escrita, na sua intervenção social, literária e acadêmica esses intelectuais expressam um olhar marcado não só pela sua condição de classe, mas, também, pela raça” (Gomes, 2009, p. 428).

Tomamos como base teórico-metodológica a conjugação entre a história social e a micro-história, compreendendo que os questionamentos do presente direcionam a escrita da história (Block, 2001) e o percurso dos grupos excluídos pode permitir a construção de novas narrativas (Sharpe, 1992; Burke, 2005) nas quais as trajetórias individuais podem ser minuciosamente observadas e compreendidas (Ginzburg, 1989).

Como importantes fatores para a análise da pesquisa e entendimento das especificidades da população negra no processo educacional, destacamos as contribuições do pensamento negro contemporâneo a partir de hooks (2013), Davis (2016) e Silva (2021), que destacam o desejo e a busca desses sujeitos por educação, assim como Santos (2014), que apresenta a luta antiescravista como um embate contra o próprio racismo, “visto que o preconceito e a discriminação raciais eram inerentes ao escravismo brasileiro” (SANTOS, 2014, p. 28).

Por meio de uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental, amparada pelos registros da imprensa do período no acervo da Hemeroteca Digital e pelo site *FamilySearch*, reconstruímos a trajetória de José Agostinho, destacando sua formação e atuação profissional e política nas últimas décadas do século XIX e início do século XX. Essa vivência, além das lutas e conquistas, permite que percebamos as complexidades das relações estabelecidas entre a escravidão e a liberdade e o papel da educação nessa configuração.

O filho de D. Leonarda

José Agostinho dos Reis nasceu na província do Pará, em 11 de outubro de 1853, filho de Leonarda Maria de Jesus. A maioria das pequenas biografias e dos obituários publicados em diversos jornais na época de sua morte fala de sua origem humilde, sem mencionar sua condição de ex-escravizado. Em três momentos José Agostinho dos Reis assumiu ter nascido na condição de escravizado: em um evento organizado pelo Club dos Libertos de Niterói¹, na fundação do Centro Abolicionista da Escola Politécnica², que mencionamos em nossa epígrafe, e na carta ao Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira³. Nessas fontes, a memória de D. Leonarda, sua genitora, é relembrada como uma trabalhadora, a quem atribui a conquista de sua liberdade.

Devido à sua condição de ex-escravizado, inferimos que D. Leonarda foi escravizada e conseguiu sua alforria e a de seu filho por meio de seu ofício de quitandeira. Na carta enviada ao conselheiro João Alfredo, logo depois da Abolição, Agostinho dos Reis menciona que escreveu aquela carta na casa em que nasceu como escravizado e onde sua mãe trabalhava. Por mais de vinte anos, esteve à frente da quitanda localizada na rua Espírito Santo, tendo autorização da Câmara Municipal de Belém para exercer seu ofício (O Liberal do Pará, ed. 00033, 11/02/1872, p. 2; O Liberal, ed. 00023, 27/01/1889, p. 3). Lembramos que o ofício de quitandeira, tradição de comércio de rua, foi exercido inicialmente e principalmente por mulheres escravizadas. Segundo Freitas (2022), no princípio do século XIX o cenário do comércio de rua começava a se alterar. Até então, era exercido por uma maioria de escravas de ganho, empregadas por seus senhores ou alugadas a terceiros, passando a ser dominado por

¹ Sociedade abolicionista criada em 1881 na cidade de Niterói, tendo como um dos fundadores o senhor João Clapp, que teve como principais objetivos a libertação e a instrução dos escravizados e libertos. Em um evento em homenagem a José do Patrocínio, Agostinho dos Reis, em seu discurso, falou de sua origem e do esforço de sua mãe, descrito em uma publicação do clube (CLUB DOS LIBERTOS CONTRA A ESCRAVIDÃO. *Homenagem a José do Patrocínio redactor-chefe e proprietário da "Gazeta da Tarde" em 8 de outubro de 1883: A festa dos livres Quarenta Cidadães Restituídos à Sociedade*. Rio de Janeiro: Typografia Central de Evaristo Rodrigues da Costa, 1883).

² Associação abolicionista criada por docentes e estudantes da Escola Politécnica, onde Agostinho dos Reis mencionou sua condição de nascença, em sua inauguração, que, pela sua fala, não era plenamente conhecida (Libertador, ed. 00194, 05/09/1883, p. 2).

³ João Alfredo Correia de Oliveira (1835-1919) foi um político, abolicionista e monarquista brasileiro. Ligado ao Partido Conservador, esteve relacionado à formulação da Lei do Ventre Livre e da Lei Áurea, além de presidir por alguns meses a província do Pará, aspectos que explicam o contato com José Agostinho dos Reis.

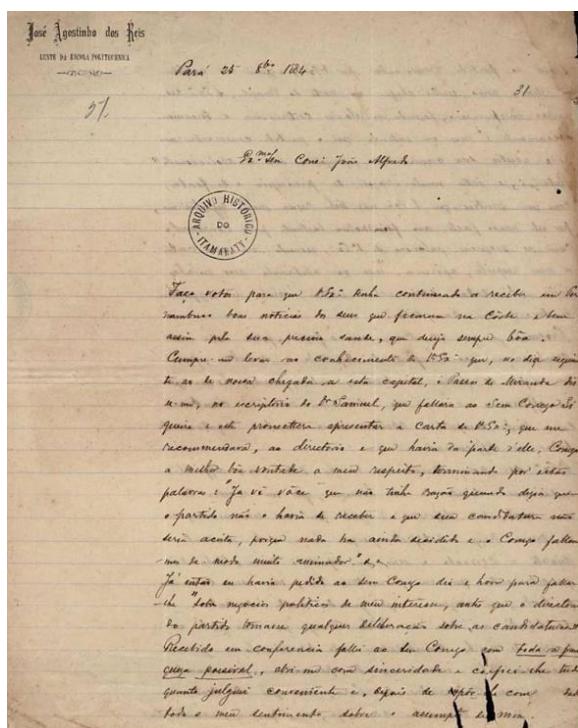
mulheres forras. Esse comércio era incentivado também pelo Estado, pois esse arrecadava impostos e resolvia o problema do abastecimento básico. O autor argumenta, demonstrando com exemplos, que as quitandeiras, apesar de serem muitas vezes perseguidas por comerciantes, pela elite administrativa, por irmandades religiosas e pela classe proprietária, não foram passivas aos conflitos e disputas no espaço público. Ao contrário, foram ativas e mobilizaram recursos para preservar seus interesses.

Percebemos que D. Leonarda era uma mulher astuta e provavelmente alfabetizada, pois mantinha seu negócio legalizado e se pronunciava na imprensa para defender seus interesses. O anúncio publicado duas vezes no Jornal do Pará menciona:

Leonarda Maria de Jesus declara, que a casa n. 50 na rua Espírito Santo, pertencente á falecida Maria do Carmo e Sá, se acha hypothecada á anunciante por escriptura lavrada no cartório do ex-tabeliam Castello Branco, em 5 de abril de 1870; por isso previne ao publico, a fim de que não allegue ignorância, que ninguém faça negocio algum com herdeiros ou interessados na dita casa, sem sciencia d'ella. Pará, 31 de outubro de 1871 (Jornal do Pará, ed. 00249, 01/11/1871, p. 3).

Nele, deixa claro o negócio firmado e documentado, advertindo sobre possíveis negociações. Apesar da origem humilde, e mesmo que D. Leonarda não fosse alfabetizada, reconhecia a importância em manter seus negócios regularizados e escriturados. De igual forma, utilizava-se da palavra escrita e da imprensa como um registro e um meio que lhe permitisse preservar o patrimônio conquistado. É possível que tenha aprendido em vivência social que a palavra de uma mulher negra, vinda do cativeiro, tinha que ser respaldada por documentações, como a carta de liberdade necessária à comprovação das alforrias. O imóvel estava localizado na rua Espírito Santo nº 50, na mesma rua de seu comércio, que pode ter sido o local de nascimento de José Agostinho dos Reis, como citado na correspondência.

Figura 1 – Primeira página da carta encaminhada ao Conselheiro João Alfredo



Fonte: Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14672>

Sobre o pai de Agostinho dos Reis não encontramos dados precisos, a maioria dos registros de nascimento de seus filhos coloca D. Leonarda como a única representante dos avós paternos. Porém, em um dos registros de nascimento encontrados na plataforma *FamilySearch*, consta o nome de José Custódio Barata, de quem não encontramos maiores informações. José Agostinho dos Reis foi recebido como filho adotivo por seu padrasto, Severino Dias Ferreira Portugal⁴ (A Constituição, 10/06/1886, ed. 00131, p. 3 e 4).

Em discurso apresentado na Câmara dos Deputados, Deodoro de Mendonça⁵, em voto de pesar pela morte de José Agostinho, fala que foi a labuta de uma mulher do povo que permitiu os estudos do jovem humilde (*O Paiz - RJ*, ed. 16400, 14/09/1929, p. 2). Conforme demonstramos, D. Leonarda reconhecia a importância das letras e despertou em seu filho o desejo pela educação. A dedicação aos estudos de Agostinho dos Reis, no Seminário Santo Antônio em Belém, onde se formou em Humanidades, chamou a atenção de seus mestres, principalmente de D. Antonio de Macedo Costa, bispo do Pará, permitindo que fosse aluno pensionista do Estado para estudar Engenharia (*O Paiz - RJ*, 13/09/1929, ed. 16399, p. 3).

Assim, em 1873, ele transferiu-se para a Corte, onde foi matriculado na Escola Central, recebendo o diploma de bacharel em Ciências Físicas Naturais e Matemáticas, em 1876. Mas Agostinho dos Reis não parou, nos anos seguintes continuou seus estudos em Engenharia, formando-se engenheiro geógrafo e engenheiro civil pela Escola Politécnica.

Para complementar sua renda e manter-se na corte, José Agostinho dos Reis, assim como outros estudantes negros do período⁶, atuou como professor. Seu nome é descrito como um dos docentes do Externato Americano, instituição educativa que preparava jovens para admissão no Colégio Pedro II e na Escola Politécnica (*Gazeta de Notícias RJ*, ed. 00081, 24/03/1878, p. 4).

Foi um estudante ativo e dedicado ao desenvolvimento científico no Brasil, fazendo parte de diversas associações que tinham por objetivo o desenvolvimento da ciência, como o Instituto de Ciências Naturais, a União Politécnica e o Instituto Acadêmico de Engenharia, do qual foi um dos fundadores:

Installou-se hontem em uma das salas da Escola Polythénica, com o título Instituto Acadêmico de Engenharia, uma sociedade de moços d'esta escola, que se reúnem assim para estudarem essa sciencia. São sócios instaladores os Srs. Dr. André Rebouças, Carlos de Menezes, Augusto Telles, Arthur Getulio, Azevedo Sodré, Versiani, Oscar de Gouvêa, Carlos Guedes, Osorio de Almeida, Van Erven, Arthur Cezar, Oliveira Bello, Eduardo Cotrim, José Rebouças, Rufino de Almeida França e Agostinho Reis (*Gazeta de Notícias*, ed. 00110. 23/04/1877, p. 2).

Outro aspecto que podemos destacar é a aproximação de Agostinho dos Reis com outras personalidades negras. No anúncio da instalação do Instituto Acadêmico de Engenharia está descrito o nome de André Rebouças e seu irmão José Rebouças, homens negros que investiram na Engenharia como área do conhecimento dentro da Escola Militar, Central e Politécnica. No período da fundação, André era professor na Escola Politécnica, enquanto Agostinho dos Reis e José Rebouças, ainda estudantes, mostravam interesses em comum, auxiliando na estruturação, legitimação e valorização da Engenharia no Brasil.

⁴ Paraense nascido em 1833, funcionário público que trabalhou na Inspetoria da Instrução e faleceu em 1886.

⁵ Deodoro Machado de Mendonça (1889 – 1968), paraense, advogado, professor, jornalista e político brasileiro, foi deputado federal pelo Pará.

⁶ Alves (2023) destaca o trabalho docente de um grupo de intelectuais negros que se envolveram com o movimento abolicionista, como André Rebouças (1838-1898), José do Patrocínio (1856-1905) e Vicente de Souza (1852-1908), assim como José Agostinho dos Reis, e defenderam a educação como uma forma diferenciada de militância contra o sistema escravista. Um grupo heterogêneo que, apesar da demarcação social dada pela cor na sociedade escravista, adentrou nos centros de formação superior imperiais, como a Escola Politécnica e a Faculdade de Medicina, com um foco comum: a defesa da abolição da escravatura.

Durante sua formação, ocorreu um grande conflito entre a congregação da Escola Politécnica e os representantes do governo imperial, no qual Agostinho dos Reis teve atuação preponderante. Quando o Dr. Ignacio da Cunha Galvão⁷ exercia o cargo de diretor interino da escola, por ser o lente mais antigo, o senhor ministro do Império Leônicio de Carvalho⁸ mandou cumprir alguns pontos estabelecidos pela Reforma do Ensino Primário e Secundário e do Ensino Superior (Decreto Governamental nº 7.247, de 19 de abril de 1879⁹). Agindo de acordo com os estatutos da instituição, o professor Galvão submeteu o decreto à congregação, e sua atitude foi vista como desrespeitosa, tendo como consequência a exoneração do cargo de diretor interino. Os alunos mobilizaram-se contra sua exoneração, realizando passeatas, discursos, pronunciamentos na imprensa e solicitações ao parlamento. Nessas mobilizações, José Agostinho dos Reis esteve à frente de alguns discursos, representando o corpo discente e auxiliando na elaboração de um abaixo-assinado enviado ao parlamento explicando a situação e pedindo intervenção (Jornal do Commércio - RJ, ed. 00151, 01/06/1979, p. 1; Jornal do Commércio - RJ, ed. 00153, 03/06/1979). Foram vários momentos de protesto até que as forças policiais foram convocadas para impedir as manifestações. Como forma de finalizar as reivindicações e resolver o impasse, a instituição foi punida com trinta dias de fechamento, o diretor efetivo foi demitido, quatro professores foram dispensados e professores substitutos foram contratados. Mesmo assim, os estudantes continuaram a resistir. Segundo uma nota publicada em 19 de julho, os lentes indicados pelo governo iam ministrar suas aulas, mas as salas permaneciam vazias, pois os alunos preferiam participar dos cursos livres ministrados pelos antigos professores (Gazeta de Notícias - RJ, ed. A00330(A), 19/07/1879, p. 3).

É necessário pontuarmos, nessa mobilização estudantil, a liderança de um estudante negro que saiu da condição de escravizado. Alves e Silva (2022) mencionam estudantes negros que alcançaram as instituições educacionais imperiais, como a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, a Academia Imperial de Belas Artes e a Escola Normal, rompendo um sistema de exclusão, e foram sujeitos ativos dentro dessas organizações. Não somente quebraram as barreiras que dificultavam seu ingresso, como tiveram visibilidade, levantando suas vozes contra sistemas opressores. Por outro lado, essas atitudes revelam o apagamento da memória brasileira de certas personalidades negras. Para exemplificar, no livro *História da Engenharia no Brasil - século XVI a XIX*, de Pedro Carlos da Silva Telles (1994), esse conflito é relatado, mas o nome de José Agostinho dos Reis é ocultado. O autor também se refere ao envolvimento da Escola Politécnica no movimento abolicionista, destacando a atuação de Paulo de Frontin¹⁰ e André Rebouças, porém não menciona nada sobre Agostinho dos Reis.

⁷ Inácio da Cunha Galvão (1821-1906) foi militar, professor e engenheiro, natural de Porto Alegre/RS. Dirigiu a Estrada de Ferro de Dom Pedro II, a Agência de Colonização e a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde lecionava. Também foi nomeado presidente da província de Santa Catarina, em 1861.

⁸ Carlos Leônicio da Silva Carvalho (1847-1912) foi um advogado, professor e político brasileiro que ficou conhecido por ser responsável pela primeira grande reforma educacional do Brasil.

⁹ O Decreto Governamental nº 7.247, de 19 de abril de 1879, estabeleceu a reforma do ensino primário e secundário no município da corte e do ensino superior em todo o Império, e ficou conhecido como Reforma Leônicio de Carvalho ou Reforma do Ensino Livre. De uma forma ampla, sobre o ensino superior a reforma pode ser resumida em cinco pontos principais: autorizava a associação de particulares para o ensino de disciplinas ministradas nos cursos superiores oficiais; liberava que as faculdades livres mantidas por associações de particulares se regularizassem após sete anos consecutivos de funcionamento; suspendia a frequência obrigatória nos estabelecimentos de instrução superior dependentes do Ministério do Império; permitia exames livres para as matérias ensinadas na faculdade ou escolas dependentes do Ministério do Império; e criava os cursos livres em faculdades do estado referentes às disciplinas ali oferecidas por professores particulares. Com relação aos estudantes, destacamos duas importantes modificações: a liberação do controle da frequência e dos exames parciais. Com o decreto, as ausências não seriam computadas e não haveria necessidade de submissão aos exames parciais, sendo livre o acesso aos exames finais, considerando-se aprovados na disciplina todos aqueles que, mesmo sem terem frequentado as aulas, obtivessem nota satisfatória, o que foi visto com bons olhos pelos alunos.

¹⁰ André Gustavo Paulo de Frontin (1860-1933) foi um político e engenheiro brasileiro. Estudou na Escola Politécnica, onde se tornou professor. Esteve ao lado de Agostinho dos Reis na Escola Politécnica, assim como no Club de Engenharia. Foi senador, prefeito do então Distrito Federal e deputado federal.

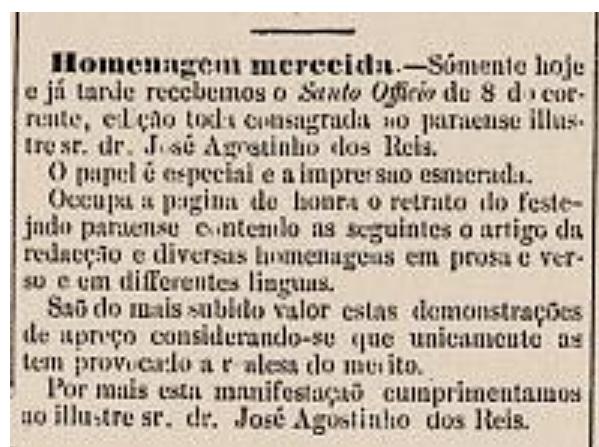
Voltando a olhar para sua formação, Agostinho dos Reis teve a honra de ter a presença do imperador em sua defesa de tese (*Gazeta de Notícias - RJ*, 21/02/1979, ed. 00052, p. 1), em que fez proposições sobre economia, política, forma e remuneração do trabalho, além de defender a educação popular:

Dae liberdade ao operario, sejam garantidas as suas propriedades e principalmente o direito da herança; eduque-se o povo, incuta-se no seu espírito o amor da virtude e do bem, comprehenda o empresário que o segundo preceito do decálogo diz-nos: Amai-vos uns aos outros – e assim ter-se-há conseguido pelo melhor dos meios possíveis, por meio do amor e da liberdade, dar ao mundo a Paz Social (*O Liberal do Pará*, ed. 00254, 09/11/1880, p. 1).

Pouco depois de conseguir ser diplomado em Engenharia Geógrafa e Civil, Agostinho dos Reis fez concurso e passou a ser professor substituto na Escola Politécnica.

Em 1881, ele voltou para o Pará, após oito anos na corte, com três títulos em sua bagagem. Foi recebido com entusiasmo por seus conterrâneos, diversas manifestações de apreço aconteceram nesse momento de retorno, como um baile em sua homenagem, uma manifestação popular e a exposição de sua tese no Centro Comercial Paraense (*A Constituição*, 03/02/1881, ed. 00027, p. 2), o que lhe permitiu ter um número do impresso Santo Offício dedicado a ele:

Figura 2 - A Constituição 11/01/1881, ed. 00034, p. 2.



Nesse retorno, foi convidado a iniciar as Conferências Populares, realizadas na Escola Prática, tendo por objetivo, segundo suas próprias palavras, “educar e instruir o povo” (*A Constituição*: órgão do Partido Conservador, 17/01/1881, ed. 0013, p. 1).

O tema da primeira conferência seria a *Passagem de Vênus*, tendo em vista que Agostinho dos Reis fazia parte, na corte, de uma comissão de estudos sobre essa temática. Iniciou a conferência agradecendo seus mestres da infância, dos quais muitos se faziam presentes, e dando ênfase à importância do ensino superior. Seguiu sua apresentação trazendo informações sobre o nosso Sistema Solar, falou da importância de observar esse fenômeno para a ciência, demonstrou como seria feita a observação da passagem de Vênus, terminando a conferência conclamando aos seus concidadãos que seguissem seu exemplo dedicando-se aos estudos, aos interesses de sua província e que, da tribuna popular, “fallassem ao povo comunicando suas ideias e discutindo porque este é o melhor meio de conseguir-se a verdadeira felicidade para o povo” (Idem, p. 1).

Aconteceram mais duas conferências sobre esse assunto realizadas por Agostinho dos Reis. Na segunda, em 23 de janeiro de 1881, ele finalizou engrandecendo sua terra natal e solicitando o auxílio de todos para a montagem de um observatório na capital paraense (A Constituição, ed. 00019, 24/01/1881, p. 1).

O interesse pelo desenvolvimento do Norte do país, principalmente nas províncias do Pará e do Amazonas, foi algo constante em sua vida. Mesmo vivendo na corte, decidiu representar o Pará em sua vida política. Ainda em 1881, talvez animado com tantas demonstrações de admiração de sua província, Agostinho dos Reis candidatou-se para uma vaga de deputado, algo que nos faz refletir sobre a representatividade negra e de libertos nas candidaturas no período imperial.

A candidatura de um liberto

A Constituição de 1824 estabelecia que as eleições em todo o território nacional seriam de forma indireta e em dois graus, compostas pelos votantes, no primeiro grau, e pelos eleitores, no segundo grau. Nesse sistema, o votante elegia o eleitor, somente quem fosse eleitor era elegível, e este elegia os deputados e os senadores. Podiam qualificar-se como votantes os maiores de 25 anos com renda líquida anual de cem mil réis, e de duzentos mil réis para os eleitores. Apesar desse limite de idade imposto para o voto, havia uma exceção para os que fossem casados, bem como para militares e bacharéis formados, que precisavam ter apenas 21 anos. Ficavam excluídos do direito ao voto os criados e religiosos, as mulheres, os escravos, os indígenas e os filhos que viviam na companhia dos pais, isto é, dependentes economicamente. Os libertos, desde que nascidos no Brasil e obedecendo ao critério censitário, poderiam ser votantes, mas não seriam eleitores, sendo assim inelegíveis. De acordo com Faria:

Para a sociedade oitocentista a escravidão não era um empecilho à existência do governo representativo, uma vez que o escravo pertencia ao mundo da propriedade e sequer era contabilizado no cálculo da população que determinava o número de deputados que cada província devia dar. Dessa maneira, a representatividade dizia respeito ao universo dos homens livres e com renda determinada. Apesar disso, em relação ao liberto o Brasil inovou ao permitir a sua participação no processo político, mesmo que somente como votante de 1º grau. E inovação maior ainda deu-se em relação ao filho do liberto, que gozaria de direitos políticos plenos, desde que cumprisse as exigências legais (Faria, 2013, p. 2).

Tal inovação ampliou-se ainda mais com a Reforma Eleitoral de 1881, pelo menos em termos formais. Entre outras alterações, as principais mudanças estavam no estabelecimento do voto direto e na interdição ao analfabeto, além de um aspecto pouco debatido: a ampliação do direito de voto ao liberto.

Na Lei Saraiva, como ficou conhecida por ser proposta pelo gabinete chefiado pelo Conselheiro José Antônio Saraiva (1823-1895), era considerado eleitor todo cidadão brasileiro que tivesse renda líquida anual superior a duzentos mil réis e soubesse ler e escrever. Com o estabelecimento da eleição direta somente existiria a condição de eleitores, assim o liberto passaria a possuir cidadania política plena, podendo votar e ser votado se atendesse aos demais requisitos.

Hilton Costa (2015) analisa os debates dentro do parlamento sobre o direito de voto dos ex-escravizados, verificando que poucos parlamentares viam com preocupação essa medida. O autor percebe, ao pesquisar os Annaes do Parlamento, que, de uma forma ampla, a cidadania

plena dos libertos não incomodava e, para alguns, era até elogiada. A maioria compreendia que essa conquista não seria alcançada tão cedo, seria um processo longo para passar pelo rigor do alistamento eleitoral. Segundo Costa:

a inclusão da figura do liberto como cidadão político pleno na letra da legislação seria minimizada por um rígido controle da verificação da renda e/ou pelo critério de alfabetização. Além disto, em uma série de especificações legais definidas pelo Decreto n.º 3.029 de 9 de janeiro de 1881 – a Reforma Eleitoral – e o Decreto n.º 7.981 de 29 de janeiro de 1881 para o alistamento eleitoral, a nova legislação ainda deixava muito poder decisório no que diz respeito ao alistamento eleitoral à localidade, portanto, a inclusão do liberto poderia ser “controlada” pelos interesses dos potentados locais, de modo a não ser algo digno de preocupação. Outra forma de compreender este processo, que não exclui as anteriores, versa sobre a hipótese de que do ponto de vista das elites políticas seria mais útil assumir, pública e politicamente, um discurso que pudesse propor a incorporação dos libertos, pois ele seria mais interessante à integração do país (COSTA, 2015, p. 11).

Mesmo ampliando o voto ao liberto, a lei restringia drasticamente o número de eleitores, passando pelo crivo social por meio da renda e da alfabetização. José do Patrocínio, que já possuía vínculo com Agostinho dos Reis, era um dos principais opositores da reforma, pronunciando-se na imprensa desde 1879. De acordo com Carvalho:

Patrocínio irritava-se profundamente com o parlamentarismo que era praticado na época, denunciando um aspecto que nunca me tinha sido revelado com tanta clareza. Sempre mencionou as estatísticas relativas à reforma eleitoral de 1881, que introduziu o voto direto. O voto era feito antes em dois turnos. Em 1881 foi introduzido por lei o voto direto. Esta lei, pretensamente democrática, reduziu o eleitorado de 1 milhão e poucos votantes para cerca de 120 mil eleitores. Quer dizer, os 13% da população votante até 1881 passaram a 0,8%. Patrocínio chamou a atenção para outra consequência da lei: ao reduzir o eleitorado, ela prejudicou os candidatos abolicionistas. Trata-se de depoimento muito interessante. Como consequência, cresceu o distanciamento entre o Congresso, sobretudo a Câmara dos Deputados, e a opinião pública. À medida que o movimento abolicionista crescia, mudando a opinião pública (ele foi o primeiro grande movimento de opinião pública do país), crescia também a resistência do Congresso. Aumentava assim a defasagem entre o país e sua representação (CARVALHO, 1996, p.95-6).

Reconhecemos que a elite política imperial utilizou estratégias que lhe possibilitaram um maior controle sobre os eleitores, dificultando o acesso das camadas mais pobres.

Mas, com a reforma eleitoral, Agostinho dos Reis teve a possibilidade de não somente tornar-se eleitor como elegível, concorrendo por seu estado a uma vaga como deputado. O professor/engenheiro, que já fazia parte do movimento abolicionista, era amigo de Patrocínio e, com certeza, acompanhou os debates e projetos de reforma eleitoral propostos entre os anos de 1879 e 1881. Agostinho dos Reis não perdeu tempo, pois, sendo aprovada a lei em janeiro de 1881, candidatou-se pelo 1º distrito de Belém em setembro.

O Dr. Reis não obteve a proteção dos diretórios dos partidos, apresentando-se livremente, com uma candidatura independente que estava pautada nas suas conferências populares. Antes do final da eleição, já se tinha consciência de que a vitória seria praticamente impossível, mas o Diário de Notícias, ao apresentá-lo como candidato, não deixou de criticar a reforma e sua restrição aos eleitores:

S. s. tem, porém, conseguido penas arregimentar os *votantes* do antigo sistema, esses a quem a reforma, com a sua exigência de títulos de idoneidade civil, tem afastado das urnas, desconhecendo-lhes capacidade moral para conferir-lhes entrada no registro dos eleitores.

Se sahir derrotado, o que não esperava talvez, porque nem todos poderão vencer, terá pelo menos o sr. Reis adquirido a experiência para não desesperar no futuro... (*Diário de Notícias - PA*, 30/10/1881, ed. 00247, p.2).

Mesmo não sendo eleito, pois teve apenas quarenta votos, algo bem irrisório em comparação aos mais de mil votos do primeiro lugar, sua participação foi significativa, e, conforme suas palavras, foi essa eleição que lhe incentivou a se candidatar novamente em 1884 (*Diário de Notícias - PA*, ed. 00249, 29/10/1884, p. 2).

Em 1884 o movimento abolicionista já havia desabrochado, diversas organizações foram criadas e um contramovimento escravista também ganhou força (ALONSO, 2015). Naquele momento a liderança abolicionista decidiu investir em candidaturas para que seus representantes pressionassem o poder político, como sempre fez a elite escravista. Assim, a Confederação Abolicionista¹¹ expediu um *Manifesto ao eleitorado*, da corte, fazendo uma crítica à reforma eleitoral por sua restrição ao número de eleitores e preservação do interesse das elites. Mesmo assim, indicou para candidato o nome de José do Patrocínio como uma possibilidade de romper com esse sistema:

É em respeito á lei, é por querer, exclusivamente, ficar dentro da lei que resolveu ir pedir ás urnas a consagração das suas idéas pelo suffragio concedido ás suas opiniões representadas na questão social que ora se agita pelo seu candidato.

A Confederação Abolicionista não tem ilusões.

Appellando para o corpo eleitoral da capital do Imperio ella sabe que se dirige a tudo quanto o exercício da soberania tem de mais ilustrado; porém, sabe, também, que uma errada noção política restringiu de tal modo o exercício da soberania popular que em município como o da côrte de mais de 600 mil almas, apenas 6793 cidadãos gozam do mandato eleitoral, na proporção de um eleitor para mais de 100 habitantes.

Os acanhados moldes da nossa organização eleitoral têm dado e, resultado a persistência de um sistema parlamentar, todo no interesse de castas antes do que o desenvolvimento da ordem na liberdade, a estabilidade das instituições no respeito dos direitos do homem, a fundação da riqueza publica na mais fecunda e mais solida das propriedades: a propriedade do trabalho (*Gazeta da Tarde*, ed. 00216, 16/09/1884, p. 3).

¹¹ A Confederação Abolicionista foi fundada em maio de 1883, com o objetivo de congregar os abolicionistas em uma única e grande associação civil nacional, pressionando o governo com atos simbólicos e impactantes. Teve atuação importantíssima no movimento abolicionista a partir da sua criação, envolvendo diversas associações, políticos e lideranças.

No Pará, essa estratégia foi divulgada de forma clara, argumentando sobre a necessidade de eleger naquela província candidatos que fossem a favor da causa abolicionista (Diário de Notícias PA, ed. 00274, 28/11/1884, p. 2). Agostinho dos Reis desempenhava um papel importante dentro da Confederação Abolicionista, sendo um dos principais oradores e seu representante no Norte do país, como seu correspondente na Província do Pará.

Em carta publicada no Diário de Notícias do Pará, José Agostinho apresentou-se como candidato a deputado à assembleia legislativa geral pelo 1º distrito do Pará, destacando três grandes questões que considerava importantes para o desenvolvimento da Amazônia. A primeira dizia respeito à educação e à necessidade de bases sólidas, principalmente na educação secundária, além da defesa da criação de uma instituição superior no extremo norte do império. Em segundo lugar, argumentou sobre a necessidade de progresso econômico da região, por meio de estudos científicos que reconhecessem a riqueza e auxiliassem a indústria extrativista. E por último, como não poderia ser diferente, defendeu a abolição do trabalho escravo, justificando que não era interessante do ponto de vista econômico (Diário de Notícias (PA), ed. 00182, 09/08/1884, p. 2). Suas propostas para a candidatura, destacadas na correspondência aos eleitores, evidenciavam-no como um homem da ciência que acreditava na educação e no trabalho livre como transformações necessárias ao desenvolvimento social.

Apesar das ideias radicais para a sociedade da época, tinha uma ligação com o Partido Conservador. Sua formação primária em uma organização religiosa com representantes conservadores e seu catolicismo fervoroso auxiliaram a compreender sua busca por apoio político dentro do partido. Por meio de uma carta enviada ao conselheiro João Alfredo, Agostinho dos Reis explicou as dificuldades que encontrou para se candidatar pelos conservadores. O conselheiro João Alfredo era um dos principais líderes do Partido no país, já havia sido presidente da província do Pará, e, pelo tom das correspondências, inferimos que havia uma amizade entre eles. O conselheiro encaminhou uma carta de apresentação para que fosse entregue ao cônego Siqueira, Manuel José de Siqueira Mendes (1825-1892), chefe do Partido Conservador na província. Apesar da indicação de João Alfredo, o cônego nem levantou a possibilidade de levar o nome de Agostinho dos Reis perante o diretório do partido, afirmando que esse impedimento seria pelo único motivo de ser abolicionista.

Pelos liberais, houve rumores de que o partido iria apoiar a candidatura de José Agostinho dos Reis, sendo aprovado por alguns integrantes (Diário de Notícias - PA, ed. 00247, 26/10/1884, p. 3). O professor/engenheiro comentou sobre os boatos de uma possível indicação pelo Partido Liberal, mas reafirmou sua postura, pois iria permanecer na disputa de forma independente, expondo o fato pela imprensa:

Ao eleitorado do 1º distrito

Não tendo sido aceita pelo chefe do partido conservador d'esta província a minha candidatura á deputação geral, e sendo unico motivo d'esta decisão o facto de ser eu abolicionista, o que motivou que nem sequer fosse o meu nome apresentado ao directorio, apezar da recomendação de um dos chefes do mesmo partido no paiz, julgo de meu dever, por consequencias logicas de factos relativos á minha candidatura actual, declarar ao corpo eleitoral do 1º distrito d'esta província que continuo a ser candidato por este distrito como foi em 1881, esperando com tranquilidade o juízo do eleitorado.

Logo que fôr possível, farei algumas conferencias políticas com o fim de justificar o meu procedimento e de apresentar ao publico minhas ideias sobre as questões mais palpitantes na presente occasião e bem assim dizer como cumpri a minha palavra trabalhando, mesmo sem ser deputado, pelo engrandecimento e prosperidade de nossa província.

Pará, 18 de Outubro de 1884.

José Agostinho dos Reis (Diário de Notícias - PA, ed. 00241, 19/10/1884, p. 2).

Até a veracidade da carta apresentada por Agostinho dos Reis com a indicação de João Alfredo foi questionada, comprovando uma perseguição política contra sua candidatura. Um editorial no Diário de Notícias do Pará levanta questões importantes para se pensar a primeira e sua segunda candidatura:

A pequena votação, que então obteve, não obstante os partidos terem cerrado suas fileiras e exigirem a máxima observância da disciplina, á que obedecem eleitores considerados livres e independentes; a pequena votação, dizíamos, serviu-lhe de lição e justa compensação do empenho, que tomara de indicar o **caminho aberto pela reforma ao eleitor brasileiro**.

Foi uma justa compensação, porque não viu de todo malogrados o seu trabalho e a sua esperança, por quanto aquelles poucos votos afirmavam a um tempo (...)

Esta tal ou qual atitude, este calmo pronunciamento do eleitorado com relação aos designados dos directórios de partido, exigindo de cada um o seu manifesto, a declaração solemne de suas intenções, nada mais é senão o resultado necessário **da luta travada do alto da tribuna popular contra o reginem autoritario, contra preconceitos, filhos ainda do velho systema** (Diário de Notícias (PA), ed. 000247, 26/10/1884, p. 3, grifos da autora).

Nele, há citações sobre a reforma eleitoral que permitiu a Agostinho dos Reis se candidatar, levantamentos sobre um regime autoritário e a luta contra preconceitos vindos do antigo sistema. A figura de um homem negro, saído do cativeiro, não deveria ser bem-vista pelos representantes dos partidos que tradicionalmente vinham de uma elite que se mantinha da exploração do trabalho de escravizados. José Agostinho dos Reis representava o sonho dessa população por liberdade, por educação e por participação política.

A justificativa utilizada pelo cônego foi questionada pela posição abolicionista do conselheiro João Alfredo, importante líder do Partido Conservador, que indicou o engenheiro. Porém, além de abolicionista, José Agostinho dos Reis era um ex-escravizado, uma parte da população negra cativa, e questões sociais, de raça e o próprio racismo pesariam nessa decisão.

Sua condição de liberto não foi usada, pelo menos explicitamente, na campanha, tendo em vista que o vínculo com a escravidão era algo utilizado para depreciar as pessoas negras, mas sua posição abolicionista foi demarcada e ressaltada. De igual forma, diversos periódicos reforçaram o fato de ele pertencer à classe popular, sendo compreendido por alguns como um impedimento à sua aceitação pelos partidos políticos:

José Agostinho dos Reis é pobre, por isso não pôde impor aos partidos militantes a sua candidatura; mas em compensação possue o mais opulento cabedal de conhecimentos e á invejável – FORÇA DE VONTADE que jamais hão de possuir os abastados da fortuna e os já por demais gastos deputados dos partidos militantes (*Diário de Belém*, ed. 00243, p.3).

Agostinho dos Reis teve coragem de novamente, de forma independente, lançar sua candidatura, conseguindo o apoio de alguns representantes do Partido Conservador e do Partido Liberal, que se colocaram na imprensa sobre esse fato. Apostou principalmente nas conferências e na imprensa como ferramentas de propaganda política, aproximando-se das

classes populares sem se importar se essa gente seria capaz de elegê-lo. Sua campanha pautou-se principalmente nos ideais abolicionistas, em ser um representante do povo paraense e de seus interesses, na defesa da educação e da ciência e em sua trajetória pessoal, pois, apesar de sua origem humilde, conseguiu, com esforço próprio, alcançar destaque e prestígio social.

Mesmo com o apoio de vários concidadãos, Agostinho dos Reis novamente foi derrotado nas urnas, sendo vencido pelo representante do Partido Conservador, que continuou a defender os valores escravistas. Fato criticado por aqueles que desejavam uma mudança em seu estado, que vivia elegendo uma representação mais voltada para outras regiões, “que o interesse político annuo á conversão do Pará em succursal do predominio negreiro dos homens do café do sul” (*Diário de Notícias - PA*, ed. 00284, 12/12/1884, p. 2).

Em sua plataforma política, a defesa da Região Norte viria por diversas frentes, como mostrado nas conferências públicas, quando se pronunciava sobre diferentes temas. Em uma delas, realizada no Teatro da Paz, na presença do barão de Maracujá, presidente da província, tratou dos seguintes temas:

- I. extração da borracha, a lavoura, as indústrias e o estado social;
- II. primeiras indústriais: a indústria saccharifera, resolução do governo sobre Engenhos Centrais;
- III. Plano geral do estabelecimento de industrias no Pará (*Diário de Notícias*, ed. 00053, 11/03/1883, p. 3).

Ele ainda atuou como engenheiro nos Engenhos Centrais (*Diário de Notícias*, ed. 00105, 11/05/1883, p. 2), fez parte de uma comissão para examinar as propostas para calçamento e planos de esgoto (*Diário de Notícias*, ed. 00051, 02/03/1884, p. 2) e reforçou a necessidade de linhas férreas para o desenvolvimento econômico da região (*Diário de Notícias*, ed. 00178, 09/08/1887, p. 3). Também não mediou esforços para apoiar seu conterrâneo Julio Cezar, que criou um sistema aéreo que, segundo suas alegações, foi plagiado por dois capitães franceses, mobilizando uma conferência na Escola Politécnica e pedindo ações das autoridades brasileiras (*Diário de Notícias - PA*, ed. 00261, 17/11/1885, p. 2).

Apesar das derrotas, houve indícios de uma possível indicação para presidente da província do Amazonas (*Diário de Notícias - PA*, ed. 0043, 24/02/1887, p.2). Seu nome continuou cogitado, sendo candidato em outras eleições durante o Império e também na República.

Considerações sobre a história e seus apagamentos

Dentro do movimento abolicionista, tanto na corte como no Pará, Agostinho dos Reis tornou-se uma de suas principais lideranças, participando da criação de diversas associações abolicionistas, fazendo inúmeros discursos, posicionando-se na imprensa e defendendo a educação para a classe popular, incluindo escravizados e libertos (ALVES, 2023).

Grande parte de sua militância e de sua vida foi dentro da Escola Politécnica. Nessa instituição, ainda como acadêmico, revoltou-se contra o sistema de poder monárquico exercido sobre as academias e encontrou respaldo para seus pensamentos abolicionistas, associando-se a diversas organizações científicas. Como docente, entrou na instituição como professor substituto e tornou-se professor catedrático, assumindo a direção interina em diversos momentos. Na comemoração do Jubileu da Escola Politécnica – 50 anos, em 1924, José Agostinho Reis ocupava o cargo de vice-diretor, ao lado do Dr. Paulo de Frontin, diretor efetivo, momento significativo para ele, que estava na instituição desde quando a Escola Central se transformou em Escola Politécnica, em 1874. Apesar de sua importância dentro da Escola, a participação de um ex-escravizado que se tornou diretor é pouco divulgada.

Foi nessa posição que, em 1925, recebeu Albert Einstein (1879-1955). O físico esteve no Brasil em dois momentos: em 21 de março, quando se dirigia para a Argentina, e entre 04 e 12 de maio de 1925, quando voltava para Europa. Einstein teve vários compromissos, estando em diversas instituições de pesquisa, como no Museu Nacional, no Instituto Oswaldo Cruz, na Academia Brasileira de Letras e no Observatório Nacional. Também proferiu três conferências: no Clube de Engenharia, no dia 6 de maio, falando sobre a Teoria da Relatividade Restrita; na Academia de Ciência, em 7 de maio, sobre a Teoria Quântica da Luz; e na Escola Politécnica, em 8 de maio, sobre a Teoria da Relatividade Geral. Presumimos que em duas dessas conferências Agostinho dos Reis esteve presente, pois ocupava a vice-presidência do Clube de Engenharia, onde presidiu a mesa, fazendo um discurso de apresentação do físico.

Figura 3 - Agostinho dos Reis



Fonte: Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/687339/os-negros-paraenses-que-lutaram-contra-a-escravidao?d=1>. Acesso em: 21 fev. 2025.

No Clube de Engenharia, foi aceito como sócio no dia 17 de março de 1887, fazendo parte de comissões e tendo discursos publicados na Revista do Clube. Agostinho dos Reis permaneceu no clube até o seu óbito, tendo sido o vice-presidente na gestão de Paulo de Frontin e assumindo a presidência interina em diversos momentos.

Reis faleceu em 11 de setembro de 1929, em sua residência no Andaraí, Rio de Janeiro, deixando sua esposa, Clara Isaac dos Reis, e seus seis filhos: Aureliano Isaac dos Reis, Maria de Lourdes Isaac dos Reis, Leonarda Isaac dos Reis, Agostinho Isaac dos Reis, Tarcísio Isaac dos Reis e Amália Isaac dos Reis. Tinha 75 anos, ocupava a vice-presidência do Clube de Engenharia e era professor catedrático da Escola Politécnica. Houve diversas manifestações na imprensa e até na Câmara dos Deputados ressaltando sua origem humilde, sua dedicação aos estudos, às causas abolicionista e republicana e seu auxílio aos mais pobres.

Como homem da ciência, José Agostinho dos Reis estimulou e auxiliou no desenvolvimento de instituições acadêmicas e profissionais e realizou estudos e projetos para o desenvolvimento do país. Como docente, acreditou na junção entre educação e abolição para a transformação da realidade social, empenhando-se em propostas de educação popular. Como

paraense, via com preocupação os interesses políticos que eram defendidos em sua região, pensando e propondo melhorias. A trajetória de José Agostinho dos Reis é extremamente significativa, não somente por ser uma pessoa que nasceu como escravizado e conseguiu destaque e prestígio social, mas também pelo fato de ter sido esquecido pela história brasileira. As questões de raça e racismo presentes na vivência do Dr. Reis, e que muitas vezes foram dissimuladas pelos cargos e contatos sociais que alcançou, são evidenciadas no ocultamento de sua condição de escravizado, assim como no apagamento de sua importância histórica.

Referências

- ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015
- ALVES, Sirlene e SILVA, Alexandra Lima da. O voo das graúnas: estudantes negras/os como intelectuais. *Revista Brasileira de História da Educação*. 22(1), e221. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e221>.
- ALVES, Sirlene. Para além da liberdade... Abolicionismo e educação como um amplo projeto de emancipação. 2023. 334 f. *Tese* (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2023.
- BEZERRA NETO, José Maia. Por todos os meios Legais e Legítimos: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição (Brasil, Grão-Pará: 1850-1888). PUC-SP, 2009. (*Tese de doutoramento*).
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BURKE, Peter (Org.). *A Escrita a História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CARVALHO, José Murilo. José do Patrocínio: A Monarquia e a Abolição. In: *ANAIIS DA BIBLIOTECA NACIONAL*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1996, p. 9-22.
- CLUB DOS LIBERTOS CONTRA A ESCRAVIDÃO*. Homenagem a José do Patrocínio redactor-chefe e proprietário da "Gazeta da Tarde" em 8 de outubro de 1883: A festa dos livres Quarenta Cidadães Restituídos à Sociedade. Rio de Janeiro: Typografia Central de Evaristo Rodrigues da Costa, 1883.
- COSTA, Hilton. O navio, os oficiais e os marinheiros: as teorias raciais e a reforma eleitoral de 1881. *Tese* (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. 2014.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- CENTRO ABOLICIONISTA DA ESCOLA POLITÉCNICA. *Estatutos do Centro Abolicionista da Escola Politécnica*. Rio de Janeiro: Tip. De Miranda de Almeida, 1883.
- FARIA, Vanessa Silva de. Eleições no Império: considerações sobre representação política no Segundo Reinado. XVII *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*. Disponível em: https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364925577_ARQUITVO_artigoanpuh2013.pdf. Acesso em: 21 fev. 2025.

FREITAS, Fernando Vieira de. As negras quitandeiras no rio de janeiro do século XIX pré-republicano: modernização urbana e conflito em torno do pequeno comércio de rua. *Tempo Históricos*. v.20, n.1, p.189-217, 2016. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/13837/9959>. Acesso em: 21 fev. 2025.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. Verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Nilma L. Intelectuais Negros e a Produção do Conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. *Revista Estudos Femininos*, v.3 n.2, p.464-478, 1995.

HOOKS, Bell. *Ensino a transgredir*: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LOBO, Marcelo Ferreira. “Futuros operários do progresso”: Infância Desvalida e Educação no limiar da escravidão (Grão-Pará, 1870-1890), *História, histórias*, v.8, n.16, p.92-121, 2020.

LOBO, Marcelo Ferreira. Liberdade Tutelada: Ingênuos e órfãos no Pará (1871 -1893). **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal do Pará, 2015.

REIS, José Agostinho dos. *Carta enviada ao conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, 06/07/1888*. Belém, Pará. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14200>. Acesso em: 04 mai 2019.

SANTOS, Sales A. *Educação*: um pensamento negro contemporâneo. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

SHARPE, Jim. A História vista de baixo. BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História*: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SILVA, Alexandra L. da. *O Jardim Secreto*: A Educação como desejo de liberdade na diáspora africana. Rio de Janeiro: Maud, 2021.

SIRINELLI, François. Os Intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, p.231-268.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da engenharia no Brasil*, volume 1: séculos XVI a XIX. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1994.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da engenharia no Brasil*, volume 2: século XX. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1994.